Indicadores na Gestão Pública Brasileira: Uma Série Histórica de 1995 – 2018



Bruno José Bezerra Silva[1]; José Mairton Figueiredo de França[1]; Ana Cristina Nogueira Maia[1]; Thaís da Salete Gomes da Silva[1]
[1] *Universidade do Estado do Rio Grande do Norte*

RESUMO
O presente trabalho tem como objetivo geral analisar o comportamento do resultado primário no setor público; a evolução do saldo de emprego na administração pública; bem como, o desempenho das instituições públicas no Brasil, no período de 1995 – 2018. A realização do estudo respaldou-se na abordagem de desenvolvimento associado com eficiência, eficácia e efetividade. O modelo metodológico baseia-se na análise estatística descritiva de dados secundários e trata-se de uma pesquisa quantitativa. Assim, diante das informações coletadas na pesquisa, observa-se que o saldo do balanço primário na administração pública reduziu, causando, dessa forma, ônus às finanças públicas do país. Pode-se notar que a relação admissão-desligamento é instável na gestão pública brasileira, indicando a falta de planejamento no curto, médio e longo prazos. Por fim, conclui-se que a presente atuação da administração pública no país requer uma revisão metodológica capaz de gerar benefícios duradouros para as próprias instituições públicas e para a sociedade em geral.

Palavras-chave: Gestão pública; indicadores; desempenho.

ABSTRACT
The general objective of this paper is to analyze the behavior of the primary result in the public sector; the evolution of the public administration employment balance; as well as the performance of public institutions in Brazil in the period from 1995 to 2018. The study was based on the development approach associated with efficiency, effectiveness and effectiveness. The methodological model is based on descriptive statistical analysis of secondary data and is a quantitative survey. Thus, in view of the information collected in the survey, it can be observed that the primary balance in public administration has decreased, thus causing a burden to the country's public finances. It can be noted that the admission-disconnection ratio is unstable in Brazilian public management, indicating a lack of planning in the short, medium and long terms. Finally, we conclude that the present performance of public administration in the country requires a methodological review capable of generating lasting benefits for the public institutions themselves and for society in general.

Key Words: Public management; indicators; performance.

1. INTRODUÇÃO

Considerando o avanço da globalização, a gestão das instituições públicas precisam seguir mais rigorosamente os passos na direção das adaptações e da modernização, com a rapidez requisitada no cenário mundial e, dessa forma, buscando a

qualidade, no sentido mais amplo do termo, do serviço prestado à sociedade (GARCIA, 2001). A qualidade dos serviços e a diminuição de custos na gestão pública são assuntos que estão sempre em discussão, porém, existem poucas obras publicadas e pesquisas científicas nessa área (JESUS *et al.*, 2014).

Os indicadores de gestão são instrumentos importantes na elaboração do planejamento estratégico e das políticas públicas, pois, oferecem dados relevantes que auxiliam no entendimento da realidade. Para Ferreira, Cassiolato e Gonzalez (2007), o indicador é uma medida com ordem quantitativa e qualitativa, dotado de significado singular e usado para organizar e captar as informações relevantes dos fatores que formam o objeto da observação. Além disso, é um recurso metodológico capaz de verificar empiricamente a evolução do fator observado no tempo.

Atualmente, indicadores como a taxa de inflação, a evolução do Produto Interno Bruto (PIB), a taxa de desemprego, a variação do salário mínimo e o rendimento médio dos trabalhadores são assuntos diários nos meios de comunicação e nas rodas de conversas de amigos. Assim, a observância dos indicadores econômicos pode afetar as perspectivas e as decisões dos investimentos e da renda dos consumidores, com consequências no bem-estar dos contribuintes e na condução da política econômica do país. Por isso, é importante para todo e qualquer cidadão conhecer as fontes, significados e usos dos diversos indicadores de gestão no país (JANNUZZI, 2012).

Dentro da literatura da gestão pública, existem diversos mecanismos de análise, tais como: o resultado primário do setor público; o saldo de emprego na administração pública e o desempenho das instituições públicas. Diante disso, de que modo estes indicadores econômicos se comportam na administração pública brasileira?

Nesse sentido, o objetivo desse trabalho é analisar o comportamento dos seguintes indicadores: resultado primário no setor público; e a evolução do saldo de emprego na administração pública, no período de 1995–2018. A seleção desses dois indicadores justifica-se por sintetizar o resultado da gestão pública no país, dessa forma, atendendo ao objetivo proposto na pesquisa.

A importância da pesquisa está centrada na análise dos indicadores porque trata-se de dados que trazem informações essenciais para a elaboração e a execução das políticas públicas. O resultado primário é um indicador que aponta informações importantes sobre o comportamento das receitas e das despesas públicas, orintando os gestores na sua atuação em momentos de crise ou de crescimento. A evolução do saldo de emprego, como indicador de mercado, indica a variação de admissões e desligamentos na gestão pública brasileira apontando para as expectativas produtivas da

economia. A análise combinada desses dois itens indica que informações são relevantes na análise do comportamento da gestão pública.

2. INDICADORES NA GESTÃO PÚBLICA

Os indicadores na gestão pública são ferramentas elementares para o controle, pois permitem a transparência e oferecem uma melhor interação entre os setores produtivos, a fim que os departamentos sejam mais organizados. Isto é, os indicadores são peças-chaves na análise da dimensão gerencial e um instrumento singular na fiscalização da gestão pública. Assim, os indicadores contribuem nas tomadas de decisões sobre determinadas variáveis endógenas e exógenas (ZUCATTO *et al*., 2009).

A gestão pública pode ser avaliada por indicadores formados por três importantes fatores: eficácia, eficiência e efetividade. A eficácia objetiva dimensionar o grau de execução dos objetivos dos programas públicos. A eficiência foca o nível de utilização de recursos, diante dos custos em disponibilizá-los. E por fim, a efetividade se refere ao impacto do programa (LANGWINSKI, 2013).

A utilização de indicadores no âmbito da gestão pública busca cumprir a missão de colaborar com a melhoria do gerenciamento dos recursos existentes, bem como, prestar contas e oferecer informações aos agentes civis. Nessa perspectiva, os indicadores contribuem para a eficiência da gestão, na medida em que oferece informações para a melhor tomada de decisão, assim como para a transparência, pois os dados contribuem para informar à população sobre os resultados das políticas públicas executadas (SILVA; CAVALCANTI, 2005).

A eficiência é um princípio previsto na Constituição Federal e, como tal, deve ser perseguido pelos gestores públicos em sua tomada de decisão (ALVES; VIEIRA NETO, 2016). Todavia, é fundamental que a partir das ações planejadas e dos indicadores monitorados, haja também a busca pela eficácia nas políticas adotadas.

A utilização de mecanismos para monitorar o alcance dos resultados, ou seja, a ação de certificar que o procedimento foi realizado de maneira correta e adequada, conforme estava no planejamento, refere-se à eficácia. Portanto, esta dimensão está vinculada ao alcance das metas por meio do uso dos instrumentos existentes (CHIAVENATO, 1994). Nesse contexto, a eficácia é importante na gestão pública, pois contribui no acompanhamento do alcance dos objetivos tracejados e no desenvolvimento das ações públicas.

Além da eficiência e eficácia, a gestão pública requer efetividade. Para Torres (2004), este fator refere-se à averiguação real das ações públicas, ou seja, analisar o verdadeiro efeito da política adotada e, dessa maneira, identificando a abrangência e os

possíveis benefícios da ação pública praticada. Nesse contexto, é importante a atitude democrática, transparente e responsável.

Castro (2006) distingue eficiência, eficácia e efetividade afirmando que a primeira objetiva apenas os meios, sendo assim, está inserida nas operações dos aspectos internos da instituição; enquanto que a eficácia busca atender os fins, desse modo, visa alcançar as metas e focar nos elementos exógenos da organização. A eficácia é menos abrangente que a efetividade, pois, aquela busca atender apenas se o objetivo foi alcançado, enquanto a efetividade busca mostrar a melhoria no bem-estar social obtida através da ação pública.

O uso adequado dos indicadores permite o aprimoramento da compreensão do cenário em análise, dessa forma, contribuindo na interpretação da realidade, auxiliando nas orientações das pesquisas, ajudando nas formulações e execução das políticas públicas. No entanto, é necessária a contribuição das autoridades e atores sociais para garantir a efetividade dos objetivos das ações públicas (JANNUZZI, 2012). Nesse contexto, são necessárias metodologias adequadas na construção e utilização dos indicadores.

Na presente pesquisa, o resultado primário indica um significado de crescimento/desenvolvimento, pois, a equação possui caráter quantitativo e sentido qualitativo. Já a relação admissão-desligamento atende às premissas de crescimento, porque possui uma dimensão quantitativa e precisa ser associada aos outros indicadores para constituir um diagnóstico qualitativo.

O resultado primário é caracterizado pela diferença entre receitas e despesas não-financeiras. Se a diferença for positiva, obtêm-se um *superávit*; se for negativa significa um *déficit*. Nessa perspectiva, uma relação elevada e crescente entre a dívida pública e o PIB aponta que o setor público pode ter desafios para realizar o pagamento das despesas no futuro. Portanto, o setor público precisa compensar, pelo menos parcialmente, a quitação dos juros incidentes sobre a dívida pública, desse modo, coibindo-a de aumentar a uma taxa superior à do PIB (ROCHA; DIAS, 2008).

A relação admissão-desligamento na gestão pública no Brasil auxilia na composição de importantes políticas. De acordo com Carvalho Filho (2002), os empregos públicos estão associados, majoritariamente, aos órgãos governamentais de consumo coletivo, administração do Estado e a conservação da ordem social. Portanto, essa estrutura da máquina pública destaca a importância do emprego público e, dessa forma, torna-se essencial a manutenção adequada do número de colaboradores públicos qualificados e satisfeitos nas atividades públicas.

No item a seguir, é construída a seção que aborda os aspectos metodológicos da pesquisa, dessa forma, determina-se a área de pesquisa, tipo de pesquisa e coleta de dados. Nessa perspectiva, todo o processo metodológico realizado contém o respaldo teórico, dessa forma, expondo as definições dos principais termos metodológicos.

3. METODOLOGIA

A área de estudo refere-se ao território da República Federativa Brasil que localiza-se no hemisfério sul do planeta. O país possui uma extensão territorial de 8.515.759,090 km² distribuídos em vinte e seis (26) estados e um (01) distrito federal. Calcula-se que população total do país seja 204.450.649 pessoas, de modo que 85,43% estejam na área urbana e 14,57% habita na zona rural (IBGE, 2016).

A coleta dos dados secundários usados na pesquisa ocorre por meio de fontes oficiais, entre elas: Ministério do Trabalho do Brasil, Banco Central do Brasil e do World Economic Forum. A partir desse levantamento, os dados foram tabulados com a utilização do programa EXCEL® 2013 e tratados através da análise estatística descritiva. Os dados são referentes ao período 1995 – 2018, obedecendo à disponibilidade das estatísticas.

De acordo com Guimarães (2008), a dinâmica da estatística descritiva objetiva reunir os principais dados de determinada realidade. Desse modo, a descrição das informações ocorre através de tabelas, resumos numéricos e gráficos. Nesse sentido, a análise estatística descritiva apresenta os dados primordiais das variáveis selecionadas, dessa forma, é essencial que a escolha dos elementos seja feita de forma detalhada, a fim que o conjunto dos dados ofereça um retrato real do cenário em análise.

O nível de pesquisa refere-se ao modelo exploratório com caráter descritivo. De acordo com Gil (2008), a pesquisa exploratória objetiva desenvolver conceitos e ideias a fim de formular problemas mais precisos. Dessa maneira, exige-se o levantamento bibliográfico e documental. Já a pesquisa descritiva busca a descrição das características de acontecimentos, locais e/ou pessoas.

A abordagem da pesquisa é quantitativa, pois, recorre-se aos termos matemáticos para descrever as causas de determinado fenômeno e as relações entre as variáveis e os resultados são um retrato real do cenário pesquisado (FONSECA, 2002). Nesse contexto, Lima (2016) afirma que a pesquisa quantitativa precisa ter unicidade na forma de coleta e tratamento das informações.

3.1 Resultado primário

O resultado primário possibilita a avaliação da consistência entre as metas de política macroeconômicas e a sustentabilidade da dívida, dessa forma, identificando a capacidade do governo de cumprir seus compromissos. O resultado primário refere-se ao resultado nominal (NFSP) menos os juros nominais incidentes sobre a dívida líquida interna e externa (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2018). O resultado primário é obtido pela seguinte equação:

$$P = RN - JN \quad (1)$$

Onde:
P = Resultado primário.
RN = Resultado nominal.
JN = Juros nominais.

3.2 Saldo de admissão-desligamento

No que se refere ao saldo da variação absoluta de empregabilidade no setor público é importante, pois, permite identificar o fluxo de emprego na gestão pública. O resultado da variação absoluta de empregabilidade no setor público pode ser expresso pela seguinte equação:

$$S = A - D \quad (2)$$

Onde:
S = Resultado do saldo.
A = Admissões.
D = Desligamentos.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nesta seção, apresentam-se os resultados da pesquisa e as discussões sob os componentes do tema central do trabalho, de modo que os instrumentos de análise são os seguintes itens: resultado primário do setor público (% do PIB) e a variação absoluta na administração pública - saldo (admissões - desligamentos).

4.1 Resultado primário no setor público brasileiro (% do PIB)

O equilíbrio das contas públicas é fundamental no processo crescimento econômico e no aumento de bem-estar social do país, dessa forma, é importante que as finanças públicas (receitas e despesas) estejam em equilíbrio, a fim de contribuir na contabilidade pública e colaborar no desenvolvimento do país. Nessa perspectiva, o gráfico 1 mostra o resultado primário do setor público em relação ao PIB no país (1995 – 2018).

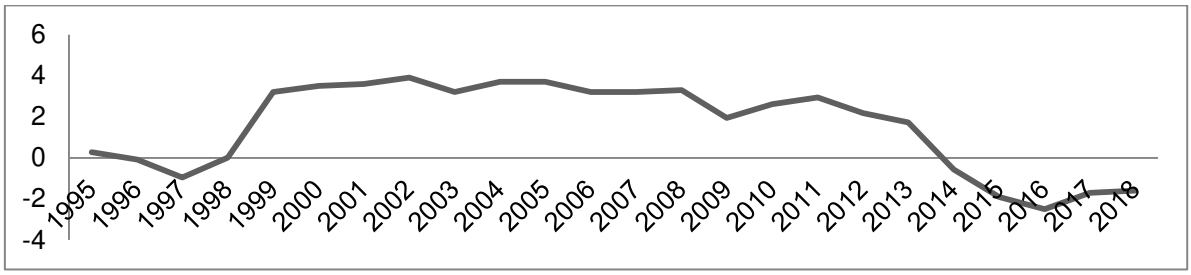


Gráfico 1: Resultado primário do setor público (% do PIB)
Fonte: Banco Central do Brasil.

De acordo com o gráfico 1, nota-se que há um aumento expressivo do resultado primário do setor público na segunda metade da década de 90 até o início da década seguinte, dessa forma, saindo de 0,27% do PIB em 1995 para 3,9% em 2002. Esse resultado pode estar associado às políticas governamentais estabelecidas no período de análise.

Além disso, é possível identificar dois grandes períodos na geração de medidas fiscais: 2007 – 2013 e 2014 – 2018. Considerando-se esses os dois grandes períodos, observa-se uma transformação de *superávit* para *déficit* fiscal no país. No período 2007-2013, percebe-se um *superávit* que indica depender cada vez menos de receitas não recorrentes. Já no período 2014 – 2018, observa-se um elevado *déficit* que veio seguido do aumento da dependência de receitas não recorrentes.

Percebe-se que o saldo primário no âmbito público reduziu no período de análise, dessa maneira, comprometendo as contas públicas. Apenas no primeiro semestre de 2018, a gestão pública brasileira somou um *déficit* de R$ 14.424 bilhões, desse modo, representando -0,43% do PIB do país. Esse resultado pode ser associado à fenda de R$ 28 bilhões do governo federal. De acordo com o Banco Central do Brasil (2018), a meta estimada do *déficit* primário da gestão pública é de R$ 161,3 bilhões em 2018.

Segundo o relatório fiscal do International Monetary Fund (2018), o país começou a apresentar *déficit* no balanço primário em 2015, dessa forma, indicando o aumento dos

empréstimos e taxas de juros. A pesquisa mostra que o Brasil apenas deve obter *superávit* fiscal em 2022, pois, é preciso realizar o aprimoramento da contabilidade púbica. Acredita-se que o *superávit* fiscal contribui no alcance do aperfeiçoamento das instituições públicas no Brasil.

No resultado primário consolidado do setor público, o governo central ocupa a maior parcela do componente. Um dos itens que exige mais atenção fiscal é a previdência social, pois, o sistema previdenciário no país é bastante generoso. Dentro dos padrões internacionais, as despesas com aposentadorias de servidores públicos no Brasil são consideradas altas (4% do PIB), desse modo, o país aproxima-se de uma crise previdenciária (WORLD BANK, 2017; BRASIL, 2017).

O endividamento na gestão pública é um determinante que precisa ser reduzido, a fim de contribuir no processo de desenvolvimento do país. De acordo com o IpeaData (2018), a dívida pública total reduziu, sendo assim, passando de 44,55% no ano inicial para 51,52% no ano final. Esse resultado indica que a dívida da gestão pública está aumentando e sendo mais representativa no PIB brasileiro.

Portanto, o resultado primário é importante na gestão pública, pois, evidencia o esforço fiscal da administração pública livre da "carga" dos *déficits* incorridos no passado, pois, as despesas líquidas com juros são dependentes do estoque total da dívida pública e das taxas de juros que afetam o estoque (Banco Central do Brasil, 2016).

4.2 Saldo de emprego no setor público no Brasil

Neste item, apresenta-se o saldo de emprego na gestão pública brasileira como instrumento fundamental no ambiente público, dessa forma, permitindo conhecer o comportamento da trajetória da relação admissão-desligamento, conforme mostra o gráfico 2.

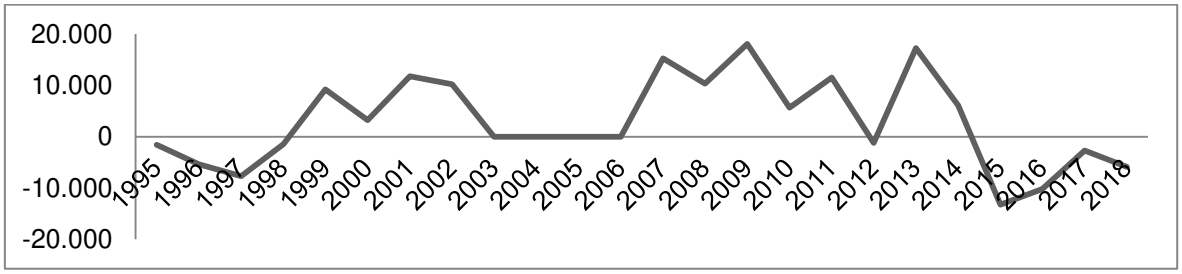


Gráfico 2: Saldo de emprego na administração pública

Fonte: Brasil, 2018.

Considerando o gráfico 2, nota-se que a variação absoluta no número de admissões e desligamentos na administração pública é instável, dessa forma, não possibilitando a estabilidade no quantitativo de servidores públicos. Na análise geral, percebe-se que há uma elevação no número de servidores, pois, o saldo de servidores passou de -1.563 em 1995 para -5.921 empregados públicos em 2018. Nota-se que em 2015 registra -13.241, dessa forma, alcançado o saldo mais negativo no intervalo de tempo da análise. Por outro lado, o inverso ocorre em 2009 quando alcança-se o número de 18.075 servidores públicos no país.

Acredita-se que a variação dos componentes está associada aos períodos eleitorais e à redução de concursos públicos no país. Entretanto, a gestão pública no Brasil continua sendo muito importante no ato de gerar estabilidade e desenvolvimento da economia. De acordo com Brasil (2018), calcula-se que 772.515 servidores estão distribuídos em 25.186 instituições públicas no país.

De acordo com World Bank (2017), a massa salarial na gestão pública representa 13,1% do PIB do país. Comparado com outros países, o dado é considerado alto, pois países desenvolvidos como a Austrália e os Estados Unidos da América detêm massas de aproximadamente 9% do PIB. Em países de renda média, como por exemplo o Chile esse percentual chega aos 6,4% do PIB, dados de 2015.

Na comparação com o setor privado, o setor público agregado (federal e subnacional) oferece salários aproximadamente 70% superiores (aproximadamente R$ 44.000 em média, por ano) aos pagos pela iniciativa privada formal (cerca de R$ 26.000 por ano), e quase três vezes mais do que recebem as pessoas que trabalham na informalidade (R$ 16.000 por ano). Além disso, os militares brasileiros e os servidores federais civis são categorias que oferecem salários maiores que o setor privado (WORLD BANK, 2017; IBGE, 2017).

Observa-se também que a rotatividade (medida pelos números de admissões e desligamentos) nos empregos públicos é menor do que no setor privado, (WORLD BANK, 2017). Na gestão pública é preciso a realização de concursos públicos para admissão e processos consistentes nos desligamentos, dessa forma, exigindo um espaço de tempo maior para a tomada de medidas. No setor privado, as admissões e desligamentos acontecem com maior rapidez, por meio de processos seletivos e preferências dos contratantes.

Aproximadamente 5,6% da população brasileira possui algum vínculo empregatício na gestão pública. Além disso, as maiores médias salariais do setor público estão nos poderes legislativo e judiciário; bem como no Ministério Público Federal (WORLD BANK, 2017). Diante do presente cenário, acredita-se que as pessoas são

atraídas pelos altos benefícios, auxílios e salários; desse modo, contribuindo para as diferenciais salariais entre os setores.

A escolha de muitas pessoas pelo setor público ocorre devido a uma série de garantias inexistentes no mercado – como a estabilidade e a irredutibilidade dos vencimentos aos colaboradores públicos. Para tanto, o setor público possui algumas prerrogativas, sem as quais não poderia alinhar a administração pública às transformações da sociedade e dos interesses coletivos ao longo do tempo (COELHO, 2014).

A identificação do número de admissões e desligamentos dos colaboradores é importante para o setor público, pois, possibilita a avaliação adequada da mão-de-obra disponível na elaboração de futuras políticas internas e externas. Para Lobato, Silva e Guimarães (2014), o funcionamento institucional público requer planejamento estratégico que, por sua vez, visa favorecer o desenvolvimento organizacional e aumento do desempenho dos colaboradores públicos.

No item a seguir serão apresentadas algumas conclusões da pesquisa, desse modo, destacando os objetivos propostos, pontuando itens observados no decorrer do estudo e sugerindo alternativas que podem auxiliar o setor público no país.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Afirma-se que por meio dos dados obtidos, buscou-se atender o objetivo central da pesquisa, desse modo, analisou-se o comportamento do resultado primário no setor público; e a evolução do saldo de emprego na administração pública, no período de 1995 – 2018.

Percebeu-se que o percentual do balanço primário em relação ao PIB reduziu, dessa forma, gerando o *déficit* público, bem como, indicando o aumento percentual de empréstimos e dívidas. Acredita-se que a falta de equilíbrio nas contas públicas pode está associado à falta de planejamento financeiro, dessa maneira, podendo gerar prejuízos ao sistema de educação, saúde, segurança; bem como, ao desenvolvimento do país.

Observou-se ainda a relação entre admissão e desligamento na administração pública no país apresentou-se instável, sendo assim, indicando dados oscilantes. Pode-se afirmar que as informações podem está associada aos períodos eleitorais, bem como, à realização de concursos públicos. Acredita-se que o cenário oscilante prejudica a continuidade das atividades na administração pública, pois, não há estabilidade para as ações planejadas e contribui para a imprevisibilidade de futuras políticas públicas.

Por fim, acredita-se que o aprimoramento do setor público requer uma reformulação de políticas, assim sendo preciso repensar as formas de atuação econômica, cultural, política, etc. Acredita-se na urgência de reafirmar relações de parceiras público-privadas, dessa maneira, buscando o bem comum da sociedade brasileira e descartando todo e qualquer atraso público e privado.

5. REFERÊNCIAS

ALVES, F. R. S; VIEIRA NETO, J. Estabelecimento de indicadores de desempenho na gestão pública: Estudo de caso em uma Universidade Pública Federal. In: XXXVI ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO. 2016. João Pessoa/PB. **Anais do Encontro Nacional de Engenharia de Produção**. João Pessoa/PB. 2016, p. 1-12. Disponível em: <http://www.abepro.org.br/biblioteca/TN_STP_227_327_29004.pdf >. Acesso em: 9 set. 2018.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Economia e finanças**. 2018. Disponível: < www.bcb.gov.br >. Acesso: 03 nov. 2018.

_____. **Indicadores fiscais**. 2016. Disponível: < www.bcb.gov.br >. Acesso: 14 nov. 2018.

_____. **Manual de Estatísticas Fiscais – março 2018**. Disponível em: < https://www.bcb.gov.br/ftp/infecon/Estatisticasfiscais.pdf >. Acesso: 10 nov. 2018.
BRASIL. Instituição Fiscal Independente. **Relatório de Acompanhamento Fiscal – maio 2017**. Disponível em: < https://www12.senado.leg.br/ifi/relatorio-de-acompanhamento-fiscal >. Acesso: 10 nov. 2018.

BRASIL. Ministério do Trabalho. Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED). **Perfil do município**. 2018. Disponível em: < http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_perfil_municipio/index.php >. Acesso em: 08 set. 2018.

CARVALHO FILHO, E. D. P. **Evolução do emprego público no Brasil nos anos 90**. 2002. 153 f. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) – Instituto de Economia, Campinas, 2002.

CASTRO, R. B de. Eficácia, Eficiência e Efetividade na Administração Pública. In: ENCONTRO DA ANPAD, 30., 2006, Salvador. **Anais 30º Encontro da ANPAD.** Rio de Janeiro/RJ: ANPAD, 2006. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/enanpad/2006/dwn/enanpad2006-apsa-1840.pdf> Acesso em: 9 set. 2018.

CHIAVENATO, I. **Recursos humanos na Empresa**: pessoas, organizações e sistemas. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1994.

COELHO, R. C. **O público e o privado na gestão pública**. – 3. ed. rev. atual. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC, 2014.

FERREIRA, H.; CASSIOLATO, M.; GONZALEZ, R. **Como Elaborar Modelo Lógico de Programas**: um roteiro básico. Brasília: Ipea, 2007. (Nota Técnica, n. 2).

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UECE, 2002. Apostila.

GARCIA, G. E. A qualidade no serviço público: um estudo de caso sobre a implantação e a continuidade de programa de gestão pela qualidade total. **Revista do Centro Universitário Barão de Mauá**, v.1, n.2, 2001. Disponível em: <https://baraodemaua.br/comunicacao/publicacoes/jornal/v1n2/artigo05.html>. Acesso em: 11 out. 2018.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo. Atlas, 2008.

GUIMARÃES, P. R. B. **Métodos quantitativos estatísticos**. Curitiba: IESDE Brasil S.A, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Países**. 2016. Disponível em: < https://paises.ibge.gov.br/#/pt >. Acesso em: 02 out. 2018.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**: primeiro trimestre de 2017. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=72421>. Acesso em: 09 nov. 2018.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEADATA. **Dívida pública total**. Disponível: < http://www.ipeadata.gov.br/exibeserie.aspx?serid=38388 >. Acesso: 03 nov. 2018.

INTERNATIONAL MONETARY FUND. **Fiscal monitor**: World economic and financial surveys. Washington, DC: International Monetary Fund, 2018. Disponível: <https://www.imf.org/en/Publications/FM/Issues/2018/10/04/fiscal-monitor-october-2018>. Acesso: 03 nov. 2018.

JANNUZZI, P de. M. **Indicadores socioeconômicos na gestão pública**. 2. ed. reimp. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC, 2012.

JESUS, E. et al. Indicadores de desempenho na administração pública: um estudo de caso na diretoria de manutenção da UFRN. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO: Engenharia de Produção, Infraestrutura e Desenvolvimento Sustentável: a Agenda Brasil+10. **Anais do XXXIV Encontro Nacional de Engenharia de Produção**. Curitiba. ENEGEP, 2014, p. 1-17. Disponível em: < http://www.abepro.org.br/biblioteca/enegep2014_TN_STO_196_113_25785.pdf >. Acesso em: 7 dez. 2018.

LANGWINSKI, P. R. **Utilização de indicadores e a medição de desempenho na gestão pública**. 2013, p. 43. Monografia (Especialização em Gestão Pública). – Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria - RS, 2013.

LIMA, M. Introdução aos métodos quantitativos em Ciências Sociais. In: SESC SÃO PAULO/CEBRAP. **Métodos de pesquisa em ciências sociais: bloco quantitativo**. São Paulo - SP, 2016, p. 10-31.

LOBATO, D. G; SILVA, E. N; GUIMARÃES, M. I P. A importância da avaliação de desempenho do servidor público enquanto dispositivo funcional: conceitos e vantagens. **Revista Científica Semana Acadêmica**, v.01, p. 01-15, 2014.

ROCHA, C. A. A; DIAS, F. A. Setor público. Marcos do processo de ajuste do setor público brasileiro. **Senatus**, Brasília, v. 6, n. 1, p. 66-71, 2008.

SILVA, O. G da; CAVALCANTI, A. L. C. **Uma análise dos indicadores de gestão utilizados no setor público federal no Brasil**. 2005. 18 f. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Ciências Contábeis) - Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2005.

TORRES, M. D. de F. **Estado, democracia e administração pública no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

WORLD BANK. **A fair adjustment**: efficiency and equity of public spending in Brazil. 2017. Disponível em: < http://documents.worldbank.org/curated/en/884871511196609355/Volume-I-s%C3%ADntese >. Acesso em: 09 out. 2018.

ZUCATTO, L. C; et al. Proposição de indicadores de desempenho na gestão pública. **ConTexto**, Porto Alegre, v. 9, n. 16, 2009.